



Universidade Do Estado Do Amazonas
Escola Superior De Ciências Da Saúde
Curso De Graduação Em Enfermagem

**PROCOLOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA MULHER À LUZ DA POLÍTICA
NACIONAL DE SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Regison Henrique Goes

MANAUS

2024

Regison Henrique Goes

**PROCOLOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA MULHER À LUZ DA POLÍTICA
NACIONAL DE SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à disciplina de Trabalho de
Conclusão de Curso II, como componente
curricular obrigatório para obtenção do título
de Graduação Bacharel em Enfermagem da
Universidade do Estado do Amazonas.

Orientadora: Enf. Msc. Graciela Marleny Rivera Chávez

MANAUS

2024



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

A Banca Examinadora de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II) do aluno :
Regison Henrique Goes intitulado: PROTOCOLOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA
MULHER À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE: UMA REVISÃO
INTEGRATIVA é

constituída pelos professores:

Orientador: Enf. MSc. Graziela Marlene Rivera Chávez

Examinadora: Enf. MSc. Eliane Dos Santos Ferreira,

Examinadora: Enf. MSc. Elaine Cristina Santana Cordovil,

Reunidas virtualmente, no dia 16/12/2024, às 16:00 horas,

para avaliar a Defesa em pauta, de acordo com as normas estabelecidas pelo regulamento
de TCC desta Universidade, considerou que o referido trabalho:

Foi aprovado sem alterações¹

Foi aprovado com alterações²

Deve ser resubmetido³

Foi reprovado⁴

Manaus, 16 de dezembro de 2024.

gov.br

Documento assinado digitalmente
GRACIELA MARLENE RIVERA CHAVEZ
EM 16/12/2024 21:20:29-0100
Verifique em: https://verifica.jus.gov.br

1. _____
2. Eliane dos Santos Ferreira
3. Elaine Cristina Santana Cordovil

¹ Aprovado sem alterações (Média de AP1 e AP2 \geq 8,0): trabalho não precisa sofrer nenhuma alteração.

² Aprovado com alterações (Média de AP1 e AP2 \geq 6,0): trabalho precisa incluir as correções indicadas pela Banca Examinadora.

³ Resubmetido (Média de AP1 e AP2 \geq 4,0 e $<$ 6,0): trabalho não alcançou nota suficiente para aprovação direta e deverá ser reformulado conforme sugestões da Banca Examinadora, sendo submetido a uma nova avaliação, conforme data marcada pelo coordenador da disciplina de TCC II acordada com a banca, e esta nova avaliação corresponderá à Prova Final (PF) da disciplina TCC II.

⁴ Reprovado (Média de AP1 e AP2 $<$ 4,0): trabalho não alcançou nota suficiente para aprovação.

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

H519p	<p>Henrique Goes , Regison Protocolos de assistência a saúde da mulher à luz da política nacional de saúde: Uma revisão integrativa / Regison Henrique Goes . Manaus : [s.n], 2024. 26 f.: color.; 21,0 cm.</p> <p>TCC - Graduação em Enfermagem - Bacharelado- Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2024. Orientador: Graciela Marleny Rivera Chavez.</p> <p>1. Saúde da mulher . 2. Protocolos . 3. Serviços de saúde. 4. Assistência a mulher . I. Graciela Marleny Rivera Chavez (Orient.) II. Universidade do Estado do Amazonas. III. Título</p> <p>CDU(1997)616-083</p>
-------	---

Dedicatória

Dedico este trabalho a minha família e especial a minha avó, por ser a razão da conclusão de todas as etapas da minha vida. Ofereço o mérito desta conquista a vocês.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por ser meu suporte em todas as tribulações enfrentadas no decorrer do curso e pela luta de vencer e nunca desistir das coisas.

Agradeço a minha avó Aracilda Albuquerque Góes por ter me apoiado e me acolhido, ajudando financeiramente no decorrer da minha vida, por ter cuidado de mim em todas as vezes que precisei, e sempre esteve me dando apoio em tudo.

Agradeço ao meu pai Regiandro Albuquerque Goes por ser meu maior suporte e apoio em toda esta jornada e por sempre se preocupar e acreditar em mim, e me dar suporte sempre que precisei.

Agradeço a todos meus familiares, por todo apoio no decorrer desses anos de curso.

Agradeço também a todos meus amigos e pessoas que conheci no decorrer da minha vida acadêmica, que me deram apoio e força para vencer e nunca desistir do meu objetivo.

Resumo

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) é uma diretriz do Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil, que busca promover a saúde das mulheres em todas as fases de suas vidas. Foi criada para garantir a inclusão das mulheres nas políticas públicas de saúde, considerando suas particularidades biológicas, sociais e culturais. A PNAISM visa a promoção da equidade, a redução das desigualdades de gênero, e a melhoria da qualidade de vida das mulheres no Brasil. Dessa forma o presente estudo tem como **Objetivo:** Analisar as publicações de protocolos de assistência à saúde da mulher na literatura dos últimos 5 anos dentro da perspectiva da Política Nacional de Saúde no Brasil. **Método:** Trata-se de uma revisão integrativa de literatura com abordagem quantitativa, com pesquisa bibliográfica nas diferentes bases de dados PubMed, BIREME, Medline, e portal de buscas SciELO, no período de 2019-2024, onde foram encontrados 702 artigos referentes ao tema. **Resultados:** Após aplicação dos critérios de inclusão foram selecionados 18 artigos os quais foram analisados, onde 13 apresentam uma abordagem qualitativa, dos quais 11 foram baseados em entrevistas. A maioria dos estudos são de autoria brasileira onde são abordados diferentes aspectos da saúde da mulher nas diferentes regiões do país principalmente sob a ótica de saúde pública (Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família etc.). **Conclusão:** Segundo os autores revisados, embora os protocolos estejam formulados e amplamente reconhecidos nos estudos, sua implementação prática enfrenta barreiras significativas, como a falta de recursos, a insuficiente capacitação dos profissionais de saúde e a dificuldade de adaptação dos cuidados a diferentes contextos culturais e sociais.

Palavras-chave: Saúde Da Mulher; Protocolos; Serviços de Saúde.

Abstract

The National Policy for Comprehensive Women's Health Care (PNAISM) is a guideline of the Brazilian Unified Health System (SUS), which seeks to promote women's health at all stages of their lives. It was created to ensure the inclusion of women in public health policies, considering their biological, social, and cultural particularities. PNAISM aims to promote equity, reduce gender inequalities, and improve the quality of life of women in Brazil. Thus, the present study aims to: Analyze the publications of women's health care protocols in the literature of the last 5 years within the perspective of the National Health Policy in Brazil. Method: This is an integrative literature review with a quantitative approach, with bibliographic research in the different databases PubMed, BIREME, Medline, and SciELO search portal, in the period 2019-2024, where 702 articles related to the topic were found. Results: After applying the inclusion criteria, 18 articles were selected and analyzed, 13 of which presented a qualitative approach, 11 of which were based on interviews. Most of the studies were written by Brazilian authors and addressed different aspects of women's health in different regions of the country, mainly from a public health perspective (Primary Care, Family Health Strategy, etc.). Conclusion: According to the authors reviewed, although the protocols are formulated and widely recognized in the studies, their practical implementation faces significant barriers, such as lack of resources, insufficient training of health professionals, and the difficulty of adapting care to different cultural and social contexts.

Keywords: Women's Health; Protocols; Health Services

Sumário

1. Introdução	8
2. Objetivo geral	10
2.1 Objetivos específicos:	10
3. Materiais e Métodos	10
3.1 Tipo de estudo	10
3.2 Critérios de Inclusão	11
3.3 Critérios de Exclusão	11
3.4 Coleta de dados	11
3.5 Análise dos dados	11
3.6 Linha de pesquisa	12
4. Resultados	13
5. Discussão	17
6. Conclusão	21
Referências	22

1. Introdução

A saúde da mulher é uma vertente crítica no panorama global de cuidados médicos, portanto demanda abordagens específicas para garantir a integralidade e equidade no atendimento⁽¹⁾.

A Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher, como um marco essencial no contexto da saúde pública no Brasil, estabelece diretrizes cruciais para abordar as diversas dimensões da saúde feminina.

Este estudo propõe uma análise das publicações dos protocolos de assistência à saúde da mulher à luz da política nacional de atenção a saúde da mulher no Brasil através de uma Revisão Integrativa de literatura⁽²⁾.

Dessa forma vemos que a evolução das políticas e protocolos de assistência à saúde da mulher percorreram um processo intrincado e marcado por avanços significativos ao longo da história, que refletem uma crescente análise e conscientização sobre as necessidades específicas das mulheres em diversos contextos sociais e culturais, no Brasil, esse desenvolvimento se desdobrou ao longo de várias décadas, moldado por leis, decretos e movimentos sociais⁽³⁾.

O marco inicial se remonta à década de 1930, com a criação do Departamento Nacional da Criança, destinado a cuidar da saúde materno-infantil, contudo, somente em 1983, a saúde da mulher ganhou destaque com a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), sob a Portaria 1.338 do Ministério da Saúde, essa iniciativa representou um ponto crucial ao reconhecer as especificidades da saúde feminina e estabelecer diretrizes para a atenção integral⁽⁴⁾.

A década de 1990 testemunhou a promulgação de leis que fortaleceram ainda mais o arcabouço legal relacionado à saúde da mulher⁽⁵⁾.

As Leis 8.080/1990 e 8.142/1990 delinearão os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), pavimentando o caminho para uma abordagem mais abrangente e equitativa à saúde. Posteriormente, em 2004, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher consolidou avanços anteriores, reafirmando o compromisso do governo com a saúde feminina⁽⁶⁾.

No entanto, foi em 2011 que ocorreu um marco significativo com a promulgação da Lei 12.546, que instituiu o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher no ciclo gravídico-puerperal, essa legislação reforçou a importância da atenção às mulheres durante a gestação e no pós-parto, reconhecendo a necessidade de cuidados específicos nessa etapa tão importante na vida da mulher⁽⁷⁾.

Ao longo das décadas, protocolos foram sendo aprimorados para se alinharem às mudanças legais e às demandas emergentes da sociedade.

Tais protocolos abordam desde a prevenção de doenças ginecológicas até a promoção do parto humanizado, visando oferecer uma atenção holística e centrada na paciente ⁽⁸⁾.

A evolução das políticas e protocolos de assistência à saúde da mulher no Brasil são um testemunho do progresso contínuo na compreensão e atendimento das necessidades específicas das mulheres, refletindo um compromisso crescente com a equidade e a integralidade no cuidado à saúde feminina ⁽⁹⁾.

A relevância deste estudo reside na necessidade de difusão e conhecimento dos protocolos de assistência à saúde da mulher quanto a sua incorporação e alinhamento aos princípios da política nacional no Brasil.

Nesse sentido vemos que os diferentes autores enfocam a saúde feminina desde diversas dimensões, desde a prevenção de doenças ginecológicas até o acompanhamento durante gestação, parto e puerpério. Portanto, compreender como os protocolos se alinham a política de atenção integral a saúde da mulher no Brasil é crucial para ter uma visão abrangente da sua construção e aplicação, dessa forma poderemos otimizar os resultados e garantir na nossa prática uma abordagem holística e centralizada na paciente.

A justificativa para esta pesquisa também reside na necessidade de que os protocolos existentes elaborados à luz da política nacional possam proporcionar insights valiosos para gestores, profissionais de saúde e pesquisadores, contribuindo para o contínuo aprimoramento dos serviços de saúde voltados à mulher.

Dessa forma neste enfoque estaremos também abordando condições específicas de saúde, é essencial destacar grupos vulneráveis, como mulheres privadas de liberdade, aquelas em situação de rua e usuárias de drogas, nessas situações, os direitos dessas pessoas não podem ser negligenciados, pois é fundamental garantir a promoção de uma vida saudável e a integração social, respeitando os princípios de convivência a longo prazo ⁽¹⁴⁾.

Esses grupos, em particular, são frequentemente marcados por invisibilidade e exclusão social, estando frequentemente associados a estigmas relacionados à criminalidade, prostituição e vulnerabilidade. Isso, por sua vez, contribui para a perpetuação de desigualdades de classe, raça e gênero, além de abrir espaço para a violência, abusos e agressões físicas, decorrentes da exposição à desproteção ^(15,16).

Nesse cenário é comum que usuárias de substâncias psicoativas durante a gestação enfrentem riscos para a sua saúde e para a do bebê. Muitas dessas mulheres, vítimas de discriminação, acabam por não buscar a assistência pré-natal necessária. Diante dessa realidade, a inserção dessas gestantes em programas de acompanhamento periódico é imprescindível, a fim de garantir a proteção tanto da mãe quanto do filho. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) oferece protocolos específicos que devem ser seguidos em todos os casos, assegurando que as gestantes recebam a assistência adequada⁽¹⁷⁾.

Nesse contexto, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) desempenha um papel fundamental, pois estabelece diretrizes e protocolos específicos para garantir que todas as mulheres, sem distinção de idade, raça ou classe social, tenham acesso a um atendimento de saúde digno, contínuo e de qualidade⁽¹⁸⁾. Ou seja, garantir o cuidado a todas as mulheres de todos os estados deste Brasil de dimensões continentais.

Este estudo busca, assim, analisar publicações de protocolos de assistência à saúde da mulher na literatura internacional dos últimos 5 anos dentro da perspectiva da Política Nacional de Saúde no Brasil (PNS).

2. Objetivos

2.1 Objetivo Geral

Analisar as publicações dos protocolos de assistência à saúde da mulher no contexto da Política Nacional de Saúde no Brasil por meio de uma revisão integrativa.

2.2 Objetivos específicos:

- Identificar as principais recomendações contidas nos protocolos de assistência à saúde da mulher estabelecidos pela Política Nacional de Saúde;
- Explicar as evidências encontradas na implementação dos protocolos;
- Evidenciar o foco na integralidade do atendimento contido nos protocolos.

3. Materiais e Métodos

3.1 Tipo de estudo

Trata-se de uma revisão integrativa, com abordagem quantitativa que é um tipo de investigação que se caracteriza pela coleta e análise de dados com o objetivo de quantificar variáveis, identificar padrões e estabelecer relações entre fenômenos. Esse tipo de pesquisa busca medir, contar, classificar e analisar a magnitude de um fenômeno ou comportamento,

utilizando métodos estatísticos para testar hipóteses ou verificar suposições. (Tavares de Souza et. al.)

A revisão integrativa percorre seis fases propostas, descritas por um estudo de 2010 (Tavares De Souza et al.) a saber: 1ª Fase: elaboração da pergunta norteadora, 2ª Fase: busca ou amostragem na literatura, 3ª Fase: coleta de dados, 4ª Fase: análise crítica dos estudos incluídos, 5ª Fase: discussão dos resultados, 6ª Fase: apresentação da revisão integrativa.

3.2 Critérios de Inclusão

- Artigos na integra;
- Idioma português, e inglês;
- Periódicos científicos ou revistas acadêmicas;
- Período de publicação 2019 a 2024.

3.3 Critérios de Exclusão

- Teses;
- Livros;
- Textos incompletos;
- Resumos;
- Resenhas;
- Artigos que não se encaixem nos descritores e que não se adequem ao título.

3.4 Coleta de dados

Seguindo esses passos, a coleta de dados foi feita da seguinte forma: buscas em no Portal Regional BVS em três bases de dados: LILACS, MEDLINE, BDEF. Com o objetivo de localizar artigos que abordem a temática proposta, foram utilizados os seguintes descritores em português: Saúde Da Mulher; Protocolos; Serviços de Saúde. Será utilizado o operador booleano AND, fazendo a relação “Saúde da Mulher” AND “Protocolos”, “Saúde da Mulher” AND “Serviços de Saúde” na procura por artigos com a temática, após a leitura dos títulos e resumos foram selecionados os que se encaixaram no assunto estudado.

3.5 Análise dos dados

Após exclusão de artigos considerando os critérios de inclusão, os artigos selecionados passarão para leitura e análise serão considerados: título, autor, ano, periódico e objetivo. Procurou-se encontrar um tópico que abordasse a relevância da investigação: uma perspectiva epidemiológica para enriquecer a compreensão da implementação dos protocolos de assistência

à saúde da mulher e sua relação com a Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Para realizar a análise crítica dos estudos, os artigos selecionados serão lidos na totalidade e, em seguida, preenchido um instrumento de coleta de dados. A busca se iniciará em março de 2024, por meio do acesso online às bases de dados

3.6 Linha de pesquisa

A linha de pesquisa do projeto intitulado “protocolos de assistência à saúde da mulher à luz da política nacional de saúde: uma revisão integrativa”, pode ser definida como "Saúde da Mulher e Implementação de Protocolos". Essa linha de pesquisa abrange a análise crítica da aplicação prática dos protocolos de assistência à saúde da mulher, considerando a orientação e diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Saúde. A revisão integrativa proposta sugere uma abordagem abrangente, reunindo e analisando dados de diversas fontes para compreender a eficácia e os desafios na implementação desses protocolos. O foco está na interseção entre a saúde da mulher e a política de saúde nacional, visando contribuir para a melhoria contínua dos serviços oferecidos às mulheres, com base em uma análise crítica e integrativa das práticas adotadas.

4. Resultados

A busca identificou 702 artigos, destes, foram utilizados 18 artigos para compor a pesquisa de revisão, apresentados no Quadro 2.

Quadro 2. Artigos que examinam a aplicação dos protocolos da saúde da mulher.

Título	Autoria	Ano	Periódico	Objetivo
Política prisional e garantia de atenção integral à saúde da criança que coabita com mãe privada de liberdade, Moçambique	Arinde et al. ⁽¹⁶⁾	2019	Saúde em Debate	Analisar e descrever de que maneira a política de atenção integral à saúde da criança dos 0-5 anos, estabelecida pelo Serviço Nacional de Saúde em Moçambique.

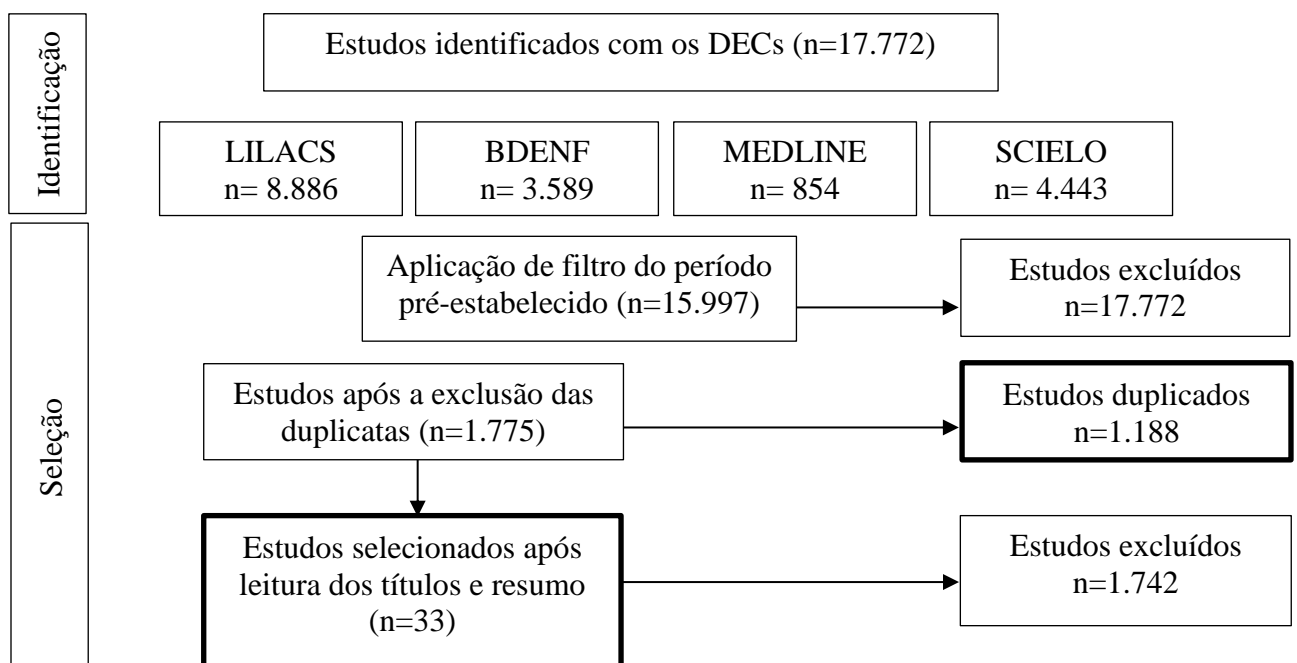
Parâmetros para a programação de procedimentos da linha de cuidado do câncer do colo do útero no Brasil	Ribeiro et al. ⁽²⁰⁾	2019	Cadernos de Saúde Pública	Estimaram-se parâmetros para planejamento e programação da oferta de procedimentos para rastreamento, investigação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras do câncer do colo do útero.
Promoção da saúde da mulher indígena: contribuição da etnografia das práticas de auto atenção entre os Munduruku do Estado do Amazonas, Brasil	Dias-Scopel et al. ⁽²¹⁾	2019	Cadernos de Saúde Pública	Analisar as práticas de auto atenção voltadas à construção do corpo da mulher Munduruku, valorizando a perspectiva e o papel ativo das pessoas “leigas” nesse processo.
Gestão do cuidado de enfermagem a puérperas e recém-nascidos na Atenção Primária à Saúde	Amorim et al. ⁽²²⁾	2020	Revista Rene	Compreender o significado da gestão do cuidado de enfermagem a puérperas e recém-nascidos na Atenção Primária à Saúde.
Limites e desafios para o acesso das mulheres privadas de liberdade e egressas do sistema prisional nas Redes de Atenção à Saúde	Schultz et al. ⁽²³⁾	2020	Physis	Analisar os limites e desafios para o acesso da população prisional feminina e egressa do sistema prisional nos serviços da Rede de Atenção à Saúde (RAS).
Direitos humanos das mulheres no parto frente à Pandemia de covid-19: o que fazer da Enfermagem obstétrica	Souza et al. ⁽²⁴⁾	2020	Cogitare Enfermagem	Provocar a reflexão de enfermeiras (os) obstétricas (os) a seguir na luta pela garantia de direitos das mulheres e de seus bebês, em meio à pandemia de COVID-19.

Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: protagonismo do movimento de mulheres	Souto et al. ⁽²⁵⁾	2021	Saúde em Debate	O artigo traz elementos para reflexão a partir de uma abordagem de gênero e cita alguns pontos de intersecção e diferenças dos mecanismos institucionais de controle social, no campo das políticas para as mulheres e da construção do Sistema Único de Saúde.
Uso do protocolo de saúde da mulher na Prevenção do câncer de colo do útero	Ribeiro de Holanda et al. ⁽²⁶⁾	2021	Revista Baiana de Enfermagem	Analisar o uso do protocolo de saúde da mulher na prevenção do câncer de colo do útero por enfermeiros na Atenção Básica.
O conhecimento e a abordagem médica nos casos de violência contra a mulher em um hospital público de Alagoas	Silva et al. ⁽²⁷⁾	2022	Physis	Conhecer os saberes e as práticas de profissionais médicos de um hospital público de Alagoas a respeito dessa temática.
Percepção de adolescentes atendidas na Atenção Primária à Saúde sobre o período gravídico-puerperal em um município do Rio Grande do Sul	Silva et al. ⁽²⁸⁾	2022	Revista de APS	Identificar a percepção de adolescentes atendidas na Atenção Primária à Saúde sobre o período gravídico-puerperal.
Atendimento de enfermagem às mulheres em situação de violência sexual: representações sociais de enfermeiros	Santos et al. ⁽²⁹⁾	2022	Cogitare Enfermagem	Conhecer as representações sociais dos enfermeiros sobre o cuidado de enfermagem prestado às mulheres em situações de violência sexual.
Gestão do cuidado de enfermagem a puérperas e recém-nascidos na Atenção Primária à Saúde	Amorim et al. ⁽³⁰⁾	2022	Escola Anna Nery	Compreender o significado da gestão do cuidado de enfermagem a puérperas e recém-nascidos na Atenção Primária à Saúde.

Experiências de gravidez e puerpério de mulheres em hemodiálise: - um estudo qualitativo	Bicudo Faria-Schützer et al. ⁽³¹⁾	2023	Braz. J. Nephrol.	Explorar as experiências de mulheres com DRC submetidas à hemodiálise em relação ao seu histórico reprodutivo.
Uma cidadania da fertilidade - as políticas de saúde da mulher como tecnologias de produção do sexo e do gênero	Rosa et al. ⁽³²⁾	2023	Saúde e Sociedade	Analisar como as principais políticas públicas brasileiras de saúde da mulher, desde 2000, definem e caracterizam seu público-alvo.
Atenção à saúde da mulher surda no ciclo gravídico-puerperal: uma revisão de escopo	Paiva et al. ⁽³³⁾	2023	Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro	Identificar e sumarizar as evidências disponíveis na literatura nacional sobre a atenção à saúde da mulher surda no ciclo gravídico-puerperal.
Práticas desenvolvidas pelo enfermeiro na atenção primária na região sul do Brasil	Toso et al. ⁽³⁴⁾	2024	Revista Gaúcha de Enfermagem	Compreender as práticas desenvolvidas pelo enfermeiro na atenção primária, na região Sul do Brasil.
A construção do cuidado na assistência às mulheres em situação de violência doméstica: perspectivas de trabalhadores e trabalhadoras da Estratégia Saúde da Família	Andrade et al. ⁽³⁵⁾	2024	Physis	Compreender as práticas de cuidado com esse público, elaboradas por trabalhadores e trabalhadoras da ESF e do Núcleo Ampliado de Saúde da Família.
Assistência pré-natal às usuárias de substâncias psicoativas: dificuldades elencadas pelos profissionais da saúde	Tavares et al. ⁽¹⁸⁾	2024	Revista Enfermagem UERJ	Conhecer as dificuldades elencadas pelos profissionais de saúde na assistência pré-natal às usuárias de substâncias psicoativas.

Dos artigos mencionados, a maioria segue uma abordagem qualitativa, focada em entrevistas, observações e análises de contextos específicos. Dos 18 artigos analisados, 13 apresentam uma

abordagem qualitativa. Desses, 11 foram baseados em entrevistas, enquanto 6 realizaram análise de conteúdo. A maioria dos artigos foram realizados no Brasil, abordando diferentes aspectos da saúde da mulher em diversas regiões (como Rio Grande do Sul, Alagoas e Amazonas) e contextos de saúde pública (Atenção Primária, hospitais, Estratégia Saúde da Família etc.). 1 artigo abordou a saúde das crianças e mães no sistema prisional. Dois artigos focalizaram a política e direitos das mulheres, três artigos retratam a saúde sexual e reprodutiva, três artigos com a abordagem na violência contra a mulher e apenas um artigo sobre a saúde da mulher indígena. Dois artigos voltados para a saúde materna, dois a respeito da saúde das mulheres em situação de vulnerabilidade, um artigo trata da saúde da mulher surda, um artigo sobre a saúde pública e gestão em relação à saúde da mulher, um artigo no contexto pandemia, e um artigo sobre a saúde envolvendo adolescente. A seleção seguiu o fluxograma adaptado do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), demonstrado na ilustração da Figura 1.



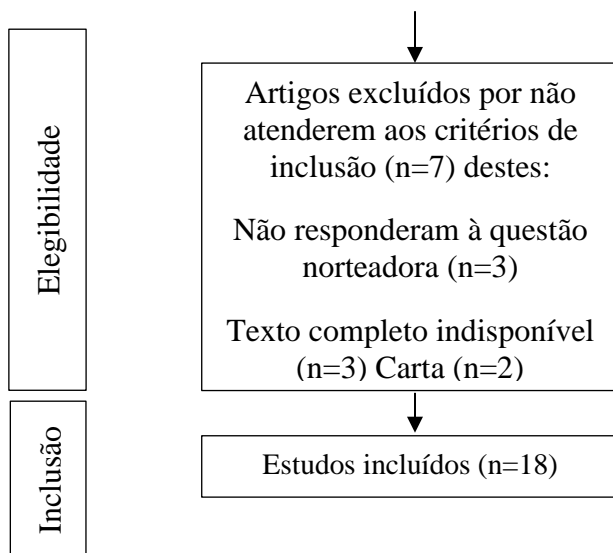


Figura 1. Fluxograma do processo de seleção dos estudos por meio do método PRISMA.

5. Discussão

A análise dos artigos incluídos nesta revisão permite compreender a complexidade e a diversidade da saúde da mulher no Brasil à luz da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e seus protocolos. A aplicação desses protocolos, que buscam garantir a atenção integral, humanizada e universal à saúde das mulheres, é um desafio em diversas situações de vulnerabilidade, incluindo o sistema prisional, as mulheres indígenas, aquelas em situação de violência e as mulheres com doenças específicas ou com necessidades de cuidados especiais^(20,36,37).

Atenção Integral à Saúde da Mulher e Desafios no Sistema Prisional

Os estudos sobre política prisional e garantia de atenção à saúde das mulheres privadas de liberdade em Moçambique, e as mulheres privadas de liberdade no Brasil, revelam uma realidade preocupante quanto à aplicação dos protocolos da PNAISM. O acesso limitado a cuidados para essas mulheres, especialmente aquelas que coabitam com seus filhos no sistema prisional, é um dos principais desafios apontados pelos estudos. A ausência de protocolos específicos para garantir a saúde materno-infantil e a atenção integral a essas mulheres evidencia a necessidade urgente de adaptação dos cuidados de saúde no ambiente prisional⁽³⁴⁾.

De acordo com os achados, a política prisional ainda carece de uma articulação mais eficaz com as estratégias de saúde pública para garantir que as mulheres e seus filhos recebam cuidados adequados, conforme estabelecido na PNAISM. A política pública existente ainda não é suficiente para atender às necessidades específicas das mulheres privadas de liberdade, e isso se reflete na falta de serviços de saúde adequados e no pouco treinamento dos profissionais de saúde para lidar com essas questões. O fortalecimento dos protocolos de saúde materna e infantil dentro do sistema prisional é imprescindível para que essas mulheres recebam o atendimento integral de saúde previsto pela política ⁽¹⁶⁾.

Saúde da Mulher Indígena e Protocolos de Saúde

A análise do artigo sobre a saúde da mulher indígena, especificamente as práticas de auto atenção entre os Munduruku, destaca uma visão de saúde comunitária e integrada. As práticas culturais desses grupos, embora essenciais para o bem-estar das mulheres, nem sempre se alinham diretamente com as normas e protocolos oficiais de saúde pública, como os da PNAISM. O estudo evidencia que as políticas de saúde da mulher precisam ser sensíveis à diversidade cultural, respeitando as práticas tradicionais enquanto integram o cuidado moderno⁽²¹⁾.

Ao considerar a autonomia das mulheres indígenas sobre sua saúde, o artigo também aponta a necessidade de capacitação das equipes de saúde para que compreendam as especificidades culturais e possam implementar os protocolos de maneira flexível e respeitosa.

A aplicação dos protocolos de saúde da mulher no contexto indígena requer, portanto, um equilíbrio entre as práticas tradicionais e as diretrizes da saúde pública, garantindo que as mulheres tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade sem perderem suas raízes culturais ⁽³²⁾.

Saúde Materna e a Gestão do Cuidado na Atenção Primária

O cuidado de puérperas e recém-nascidos na Atenção Primária à Saúde (APS) é outro ponto central analisado. Estudos sobre a gestão do cuidado a essas mulheres e recém-nascidos na APS ressaltam o papel crucial dos protocolos de saúde da mulher na orientação e acompanhamento de saúde materno-infantil ⁽²²⁾. O artigo sobre assistência pré-natal e os desafios enfrentados pelas usuárias de substâncias psicoativas destaca a importância de um cuidado contínuo e especializado para populações vulneráveis, como as mulheres que utilizam substâncias psicoativas. O estudo indica que, apesar dos protocolos existentes, há uma lacuna significativa no atendimento de mulheres com essas condições, com muitos profissionais sem treinamento adequado para lidar com essas situações ⁽³⁰⁾.

No entanto, o estudo também evidenciou que a estratégia de saúde da família e a atenção primária têm o potencial de proporcionar cuidados integrados e personalizados quando os protocolos de saúde são seguidos corretamente, mas que o desconhecimento ou falhas na implementação podem resultar em atendimentos ineficazes. O fortalecimento da formação contínua dos profissionais de saúde é uma necessidade apontada por diversos artigos para garantir que os protocolos de saúde da mulher sejam devidamente aplicados a todas as mulheres, sem exceção ⁽³⁵⁾.

Violência Contra a Mulher e a Implementação dos Protocolos

A violência contra a mulher é um tema central em diversos artigos revisados, incluindo os sobre violência sexual e doméstica. A análise dos protocolos de saúde da mulher à luz da política nacional revela que, embora existam diretrizes claras sobre como lidar com a violência doméstica e sexual, ainda há uma grande variação na aplicação desses protocolos entre diferentes unidades de saúde. O estudo sobre violência sexual e a atuação dos enfermeiros nas unidades de saúde destaca que a falta de preparo adequado e a subnotificação dos casos ainda são problemas comuns, prejudicando a efetividade dos protocolos de cuidado ⁽²⁹⁾.

O protagonismo das mulheres e dos movimentos sociais é essencial para garantir que as políticas de saúde e os protocolos de atendimento sejam implementados de forma eficaz, especialmente para mulheres que são vítimas de violência. A integração de abordagens multidisciplinares e o fortalecimento da rede de apoio são essenciais para garantir que as mulheres em situação de violência recebam o cuidado adequado, conforme preconizado pela PNAISM⁽³⁵⁾.

Desafios na Implementação dos Protocolos

Em geral, a aplicação dos protocolos da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher se depara com dificuldades práticas em diferentes contextos de vulnerabilidade. A revisão integrativa revelou que, embora as diretrizes e protocolos da PNAISM estejam bem estabelecidos, sua implementação ainda é desigual. A falta de treinamento adequado dos profissionais de saúde, a escassez de recursos em algumas regiões e as barreiras estruturais no sistema de saúde são desafios constantes^(19,26).

É fundamental que a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher seja continuamente revisada e ajustada, para que os protocolos de atendimento se tornem mais acessíveis e eficazes, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade, como mulheres em privação de liberdade, mulheres indígenas, aquelas que enfrentam a violência e as que necessitam de cuidados especiais, como as usuárias de substâncias psicoativas ou as mulheres surdas^(21,38).

O fortalecimento da formação contínua dos profissionais de saúde, a implementação de políticas públicas mais inclusivas e a criação de estratégias interinstitucionais para o cumprimento dos protocolos são passos fundamentais para garantir que todas as mulheres tenham acesso à saúde integral, como preconizado pela PNAISM^(18,20,39).

6. Conclusão

Este estudo buscou avaliar a aplicação dos protocolos da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) que revela a complexidade e a diversidade dos desafios enfrentados na implementação das diretrizes estabelecidas pela política, especialmente nas diversas situações de vulnerabilidade das mulheres. Os resultados demonstraram que, embora existam protocolos bem estabelecidos para garantir a atenção integral à saúde da mulher, sua aplicação prática ainda encontra barreiras significativas, como a falta de capacitação contínua dos profissionais de saúde, a carência de recursos materiais e humanos em unidades de saúde, e a dificuldade de integração entre os diversos níveis de atenção.

Existe a flexibilidade dos protocolos frente a realidades culturais diversas, dessa forma é mencionada a vulnerabilidade das mulheres nas comunidades indígenas, quanto a vulnerabilidade das mulheres encarceradas e das vítimas de violência, dessa forma esses pontos críticos precisam ser melhorados ou mais discutidos, para garantir que a PNAISM atinja o que diz no início do documento: **Resolver todos os problemas de todas as mulheres no Brasil.**

Nesse cenário a importância deste estudo para a pesquisa reside no fato de que ele poderia contribuir para uma melhor compreensão dos desafios que ainda precisam ser superados para garantir a efetividade da PNAISM. Ao integrar artigos de diferentes realidades e contextos, este estudo oferece um panorama mais completo sobre as práticas de saúde da mulher e os impactos dos protocolos na vida das mulheres em diversas situações de vulnerabilidade. Além disso, a pesquisa amplia a discussão sobre políticas públicas de saúde, servindo como referência para futuras investigações que busquem otimizar a aplicação dessas políticas e garantir que os direitos das mulheres sejam de fato respeitados. Assim, o estudo tem o potencial de influenciar práticas profissionais, formações acadêmicas e políticas públicas, promovendo uma maior inclusão, equidade e qualidade nos cuidados de saúde para as mulheres.

Referências

1. Souto KMB. A Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher: uma análise de integralidade e gênero. *SER Social*. 2008 Jan;10:61182.
2. Ferreira LO. Saúde e relações de gênero uma reflexão sobre os desafios para a implantação de políticas públicas de atenção à saúde da mulher indígena. 2011 Oct;
3. Carvalho MF de L. Que mulher é essa identidade, política e saúde no movimento de travestis e. 2011 Feb 2;
4. De Medeiros PF, Guareschi NM de F. Políticas públicas de saúde da mulher: a integralidade em questão. Florianópolis; 2009 Jan.
5. de Aquino EML, Menezes GM de S, Marinho LFB. Mulher, Saúde e Trabalho no Brasil Desafios para um Novo Agir. *Caderno Saúde Pública*. 1995 Apr;281.
6. Ramos S. O papel das ONGs na construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental. Rio de Janeiro; 2004.
7. Costa AM. Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil. Brasília; 2009 May.
8. De Freitas GL, Vasconcelos CTM, Moura ERF, Pinheiro AKB. Discutindo a política de atenção à saúde da mulher no contexto da promoção da saúde. *Revista Eletrônica de Enfermagem*. 2009;
9. Ombere SO, Nyambedha EO, Haller T, Merten S. Local perspectives on policy implementation of free maternity health services in Kenya: Implications for universal health coverage. *Afr J Reprod Health*. 2023 May 1;27(5):71–81.
10. Cordeiro MP, Lara MFA, Maia RL de A. Atendimento Psicossocial nos Serviços de Proteção Social Especial do SUAS. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 2023;43.
11. Berglas NF, Subbaraman MS, Thomas S, Roberts SCM. Pregnancy-specific alcohol policies and admissions to substance use disorder treatment for pregnant people in the USA. *Alcohol and Alcoholism*. 2023 Nov 1;58(6):645–52.
12. Oyugi B, Kendall S, Peckham S, Orangi S, Barasa E, Findings K. Exploring the Adaptations of the Free Maternity Policy Implementation by Health Workers and County Officials in Kenya [Internet]. 2023. Available from: www.ghspjournal.org
13. Austin-Evelyn K, Rabkin M, MacHeka T, Mutiti A, Mwansa-Kambafwile J, Dlamini T, et al. Community health worker perspectives on a new primary health care initiative in the Eastern Cape of South Africa. *PLoS One*. 2017 Mar 1;12(3).
14. Silva SB, Camino CP dos S, Queiroz PVM de O. Ideologia, Confiança Institucional e Representações Sociais de Universitários Sobre o Cenário Político Brasileiro de 2016-2017. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 2023;43.
15. Domene FM, Da Silva J de L, Toma TS. Políticas e programas de promoção da saúde em países com sistemas públicos universais de saúde. *Fiocruz Brasília*. 2023 Jan 3;

16. Arinde EL, Mendonça MH. Política prisional e garantia de atenção integral à saúde da criança que coabita com mãe privada de liberdade, Moçambique. *Saúde em Debate*. 2019 Mar;43(120):43–53.
17. Santos KCC Dos, Marques LS da S, Gonçalves MT, Soledade M de MES, Santos JG da S, Oliveira JF de. Maternidade e maternagem em situação de rua: revisão integrativa. Vol. 29, *Ciencia & saude coletiva*. 2024. p. e010982023.
18. Tavares AR, Ribeiro JP. Assistência pré-natal às usuárias de substâncias psicoativas: dificuldades elencadas pelos profissionais da saúde. *Revista Enfermagem UERJ*. 2024 May 29;32.
19. Hilário JSM, Lima SP, Santos JS, Silva PG, de Matos GX, Andrade RD. Healthcare protocol for women with hiv/aids: Perceptions of the health team. *Revista Baiana de Enfermagem*. 2019;33.
20. Ribeiro CM, Dias MBK, Pla MAS, Correa FM, Russomano FB, Tomazelli JG. Parameters for programming line of care procedures for cervical cancer in Brazil. *Cad Saude Publica*. 2019;35(6).
21. Dias-Scopel RP, Scopel D. Health promotion with indigenous women: The contribution of ethnography on self-care practices among the munduruku people in the Amazonas state, Brazil. *Cad Saude Publica*. 2019 Jan 1;35.
22. Amorim TS, Backes MTS. Managing nursing care to puerperae and newborns in primary healthcare. *Rev Rene*. 2020 Jun 18;21:e43654.
23. Schultz ÁLV, Dotta RM, Stock BS, Dias MTG. Limits and challenges for women deprived of their liberty and those released from the prison system in the health care networks. *Physis*. 2020;30(3):1–19.
24. Souza KV de Schneck S, Pena ÉD, Duarte ED, Alves VH. DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NO PARTO FRENTE À PANDEMIA DE COVID-19: O QUEFAZER DA ENFERMAGEM OBSTÉTRICA. *Cogitare Enfermagem*. 2020 May 20;25.
25. Souto K, Moreira MR. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: protagonismo do movimento de mulheres. *Saúde em Debate*. 2021 Sep;45(130):832–46.
26. Ribeiro de Holanda JC, de Oliveira de Araújo MHHP, do Nascimento WG, Alves Gama MP, Sousa CSM. The use of women’s health record in cervical cancer prevention. *Revista Baiana de Enfermagem*. 2021;35.
27. Da Silva NB, Hesler LZ, Guimarães CA, Lucca JCP. Percepção de adolescentes atendidas na Atenção Primária à Saúde sobre o período gravídico-puerperal em um município do Rio Grande do Sul. *Revista de APS*. 2022 Apr;
28. Silva KEA, De Dos Santos JIO, Bezerra WC. Medical knowledge and approach in cases of violence against women in a public hospital in Alagoas, Brazil. *Physis*. 2022;32(1).
29. Santos DG, Dos Santos EKA, Giacomozzi AI, Backes MTS, Bordignon JS. NURSING CARE FOR WOMEN IN SITUATIONS OF SEXUAL VIOLENCE: SOCIAL REPRESENTATIONS OF NURSES. *Cogitare Enfermagem*. 2022;27.

30. Amorim TS, Backes MTS, Carvalho KM de, Santos EKA dos, Dorosz PAE, Backes DS. Gestão do cuidado de Enfermagem para a qualidade da assistência pré-natal na Atenção Primária à Saúde. Escola Anna Nery. 2022;26.
31. Bicudo Faria-Schützer D, Borovac-Pinheiro A, Rodrigues L, Surita FG. Pregnancy and postpartum experiences of women undergoing hemodialysis: a qualitative study. Braz J Nephrol [Internet]. 2023;181–92. Available from: <https://doi.org/10.1590/2175->
32. Rosa H, Cabral C da S. Uma cidadania da fertilidade - as políticas de saúde da mulher como tecnologias de produção do sexo e do gênero. Saúde e Sociedade. 2023;32(2).
33. de Paiva CCN, Marcato ACM, Baldutti IA, de Moraes LV. Atenção à saúde da mulher surda no ciclo gravídico-puerperal: uma revisão de escopo. Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro. 2023;
34. Toso BRG de O, Orth BI, Vieira LB, Dalla Nora CR, Geremia DS, Mendonça AVM, et al. Práticas desenvolvidas pelo enfermeiro na atenção primária na região sul do Brasil. Rev Gaucha Enferm. 2024;45.
35. Andrade LM, Bustamante V. The construction of care in assisting women in situations of domestic violence: perspectives of workers in the Family Health Strategy. Physis. 2024;34.
36. Campelo ILB, Bezerra ADC, Guimarães JMX, Moraes APP, Albuquerque GA, Ferreira RGLA, et al. Access to health care among female prisoners in a penitentiary in Ceará, Brazil. Ciencia e Saude Coletiva. 2024;29(6).
37. Robouças RRM, de Carvalho RH de SBF, Thomaz EBAF, Lamy ZC. Assistência à saúde materna na perspectiva de usuárias e profissionais da Atenção Primária: cotidiano e violência. Physis: Revista de Saúde Coletiva [Internet]. 2024;34. Available from: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-7331202434001pt>
38. de Oliveira Lima KS, Bezerra TB, Pinto AGA, Quirino G da S, Sampaio LRL, Cruz R de SBLC. THE NURSE'S ROLE IN THE PREGNANCY-PUERPERAL CYCLE: POSTPARTUM WOMEN'S PERCEPTION IN THE LIGHT OF PEPLAU'S THEORY. Cogitare Enfermagem. 2024;29.
39. Sousa AA de, Oliveira DR de, Damasceno SS, Quirino G da S, Pinto AGA, Cruz R de SBLC. Representações sociais sobre o planejamento reprodutivo entre mulheres em gravidez não planejada. Revista Enfermagem UERJ. 2024 May 29;32.